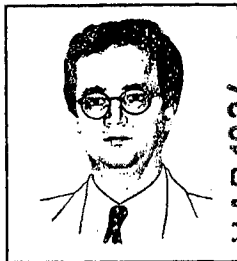


# Uma jogada de mestre



**Sem acordo, o Brasil será obrigado a sacar US\$ 2,8 bilhões das reservas**

rantia aos bancos credores, no momento da troca da dívida antiga pelos novos papéis. Era necessário também para que o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o próprio Fundo entrassem com empréstimos para a compra dos cupons zero. Essas instituições iriam dividir com o governo brasileiro o custo das garantias.

Inicialmente, a assinatura do acordo estava prevista para o final de novembro do ano passado. Cardoso tomou posse no final de maio. Sabia-se que era impossível negociar um acordo com o FMI, porque o tempo era escasso e também porque o ajuste fiscal necessitava de mudanças constitucionais. O governo brasileiro raciocinou que era razoável esperar que o Congresso realizasse essas mudanças até o final de dezembro. Por isso, adiou a data de assinatura para o dia 15 de abril. Mas aí veio a CPI do Orçamento, que alterou completamente os prazos da revisão constitucional. Ficou claro que somente em fevereiro, na melhor das hipóteses, seria possível

obter as mudanças na Constituição.

A versão que corre nos bastidores do Ministério da Fazenda é que, ao analisar a dificuldade de obtenção de um acordo com o Fundo, o ex-secretário de Planejamento do governo Collor, Pedro Parente, que é atualmente funcionário do FMI, sugeriu a Pedro Malan que o governo brasileiro comprasse os cupons zero no mercado internacional. As condições objetivas eram propícias a essa estratégia. O governo brasileiro verificou que existia uma disposição dos banqueiros em assinar o acordo mesmo sem o FMI, porque eles estavam interessados em regularizar o problema da dívida, que se arrasta por 11 anos. As reservas internacionais do país estavam altas e permitiam que o governo bancasse a compra dos cupons zero, sem violar a resolução do Senado que disciplina o limite mínimo para as reservas. A estratégia foi aceita pelo ministro Cardoso e o Banco Central começou a comprar os títulos do Tesouro dos Estados Unidos.

Porque o governo brasileiro continuou a negociar com o Fundo Monetário Internacional, mesmo depois de descobrir que não precisava de um acordo stand by para convencer os banqueiros a assinar a renegociação da dívida? Existe

várias respostas para esta pergunta. Em primeiro lugar, o Banco Central queria adquirir os cupons zero em segredo para não elevar o preço desse papel no mercado. Em segundo lugar, o Brasil quer efetivamente fazer um acordo com o FMI. Principalmente porque somente depois de obter o acordo poderá dividir o custo da compra dos títulos do Tesouro dos EUA com o Banco Mundial (BIRD), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o próprio Fundo. Por não ter o acordo, o Brasil será obrigado a sacar US\$ 2,8 bilhões de suas reservas internacionais. Em terceiro lugar, o governo brasileiro obteve do diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, um comunicado no qual afirma que o Brasil está fazendo "progressos significativos" em seu programa de estabilização e que país fará, assim que a Unidade Real de Valor (URV) for convertida no real, um acordo com o Fundo. O comunicado salvou as aparências. Permitiu que os banqueiros aceitassem assinar a renegociação da dívida com o Brasil, sem passar a impressão de que estão negociando com um "rebelde" ou que estão violando algum princípio de direito internacional. Foi uma jogada de mestre.

Em julho do ano passado, durante conversas com amigos e assessores mais próximos, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, revelou que ia assinar a renegociação da dívida de US\$ 35 bilhões com os bancos privados sem fechar o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Na época, essa informação vazou e chegou a ser publicada na primeira página do Estado. Foi desmentida

pelo então negociador da dívida externa, Pedro Malan. A preocupação de Malan era evitar que essa notícia fosse entendida, pelo mercado e pela direção do próprio Fundo, como uma decisão do governo brasileiro de não realizar um acordo stand by (temporário) com o FMI — o que poderia criar obstáculos ainda maiores ao país. O Estado publicou o desmentido, mas manteve a informação, que se comprovou agora em março.

O acordo stand by era uma condição contratual e indispensável para que o Tesouro dos Estados Unidos emitisse os zero cupons — os títulos que seriam dados em ga-